

Cálculo de Remição de Pena por Trabalho e Estudo: Guia Prático da Execução

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 15/09/2026



Como calcular remição de pena por trabalho e estudo envolve contabilizar três dias de trabalho como um dia de pena remida e doze horas de estudo como um dia de redução, desde que comprovados oficialmente conforme a Lei de Execução Penal.

Já ficou curioso sobre **como calcular remição de pena por trabalho e estudo**? Saber isso pode mudar a forma como você entende a execução penal, trazendo clareza para quem busca reduzir a pena praticando atividades úteis ou estudando.

O que é remição de pena e seus fundamentos legais

A **remição de pena** é um benefício previsto na legislação brasileira que permite ao condenado diminuir o tempo de sua pena cumprida por meio de atividades produtivas, como trabalho ou estudo. Esse mecanismo incentiva a reintegração social e o bom comportamento durante o cumprimento da pena.

O fundamento legal da remição está no artigo 126 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que dispõe que a cada 3 dias de trabalho ou 12 horas de estudo comprovado, pode-se remir um dia de pena. Esse cálculo torna possível a redução

significativa do tempo de reclusão, quando o preso se dedica a essas atividades.

Importante lembrar que a remição não é automática; ela depende da comprovação regular do trabalho ou estudo e da autorização da autoridade competente. O objetivo principal é motivar o apenado a se envolver em atividades que contribuam para sua recuperação e preparo para a vida em liberdade.

Além disso, a remição está associada a direitos fundamentais do preso, como o acesso à educação e o direito ao trabalho, ambos previstos na Constituição Federal. O incentivo à educação e ao trabalho dentro do sistema prisional é crucial para a diminuição da reincidência criminal e para a promoção da dignidade humana.

Ao compreender o que é remição de pena e seus fundamentos legais, o condenado pode planejar melhor suas ações dentro do sistema prisional para aproveitar essas oportunidades, sendo fundamental buscar orientação e realizar o acompanhamento das atividades junto à equipe responsável.

Como o trabalho contribui para a remição da pena

O trabalho desempenha um papel fundamental na remição da pena, sendo uma das principais formas pelas quais o condenado pode reduzir o tempo de sua detenção. **Cada três dias trabalhados** de forma comprovada correspondem a um dia a menos na pena, conforme previsto na Lei de Execução Penal.

Além da remissão, o trabalho no sistema prisional oferece benefícios como a capacitação profissional e a preparação para a reinserção social. As atividades podem incluir desde tarefas manuais até funções qualificadas, sempre supervisionadas e organizadas pela administração penitenciária.

É essencial que o trabalho seja formalmente registrado e

legalizado, garantindo que o condenado tenha direito ao benefício da remição. O acompanhamento do cumprimento das horas trabalhadas é feito por documentos oficiais e relatórios apresentados à justiça.

Outro ponto importante é a valorização do esforço do apenado: participar de um programa de trabalho pode refletir positivamente no comportamento e facilitar o acesso a outros benefícios dentro do sistema prisional. Portanto, o trabalho não apenas reduz a pena, mas também transforma a experiência do preso, promovendo responsabilidade e disciplina.

Para aproveitar plenamente a remição pela atividade laboral, é fundamental compreender os processos administrativos, manter a regularidade no serviço e buscar sempre se informar sobre direitos e deveres junto à equipe responsável pelo regime prisional.

Estudo como meio para reduzir a pena: regras e limites



O estudo é outra forma importante de remição de pena, reconhecida pelo sistema penal brasileiro. **Cada 12 horas de estudo comprovado** podem resultar na redução de um dia da pena cumprida, conforme o artigo 126 da Lei de Execução Penal.

As atividades de estudo podem incluir cursos formalizados dentro do sistema prisional, como alfabetização, ensino fundamental, médio, profissionalizante e até ensino superior, desde que devidamente comprovadas.

Existem limites para a remição pela educação; o condenado deve apresentar frequência regular e aprovação nas disciplinas ou atividades educativas. A comprovação é feita através de documentação oficial, emitida pela instituição de ensino ou pela coordenação educacional da unidade prisional.

Além da redução da pena, o estudo promove a capacitação intelectual e social do apenado, oferecendo melhores condições para sua reintegração à sociedade. A educação carcerária é vista como um caminho eficaz para diminuir a reincidência

criminal e ampliar as oportunidades após o cumprimento da pena.

Importante estar ciente de que, para garantir o direito à remição, o preso deve solicitar o acesso a programas educativos e acompanhar o processo, assegurando que todas as horas de estudo sejam devidamente registradas e reconhecidas pelas autoridades competentes.

Passo a passo para calcular a remição por trabalho e estudo

Para calcular a remição por trabalho e estudo, é necessário seguir alguns passos essenciais que garantem o correto reconhecimento da redução da pena. O primeiro passo é **identificar o tipo de atividade** que está sendo realizada, pois o trabalho e o estudo têm regras diferentes para a contagem das horas.

Em seguida, é fundamental que o apenado tenha comprovação oficial dessas atividades. Para o trabalho, deve haver registro das horas trabalhadas, normalmente fornecido pela administração prisional ou pelo empregador no sistema carcerário. Para o estudo, é necessária a emissão de frequência e aproveitamento escolar.

O cálculo da remição deve ser feito considerando que a cada três dias de trabalho correspondem a um dia de pena remida, enquanto para o estudo, cada doze horas de atividade equivalem a um dia de redução da pena.

Depois de reunir toda a documentação, o apenado ou seu representante deve solicitar o benefício à Vara de Execuções Penais, que avaliará os documentos e fará o cálculo oficial da remição. A participação regular e o desempenho adequado são critérios importantes para a aprovação da remição.

Por fim, é importante fazer o acompanhamento constante para

garantir que todos os dias remidos sejam contabilizados corretamente e comunicados às autoridades competentes, assegurando que a redução da pena seja efetiva e legal.

Principais dúvidas e cuidados no processo de remição

Durante o processo de remição de pena, diversas dúvidas comuns podem surgir, sendo importante entendê-las para evitar problemas e garantir o benefício. Uma das principais dúvidas é sobre **qual tipo de atividade pode ser computada** para remir a pena, sendo geralmente o trabalho e o estudo, desde que devidamente comprovados.

Outro ponto frequente é a **necessidade da comprovação documental**. Sem os registros oficiais ou certificados de frequência, a remição não poderá ser computada, fazendo com que o esforço do condenado não seja reconhecido formalmente.

Muitos também se perguntam sobre **limites e condições para remir a pena**, pois a legislação impõe regras específicas, como a quantidade de horas necessárias, e a remição não pode ultrapassar o total da pena imposta.

Além disso, é fundamental tomar cuidado com prazos para entregar documentos e acompanhar o processo atualizado com a Vara de Execuções Penais, para que não haja perda do direito ao benefício.

É aconselhável buscar orientação jurídica durante todo o procedimento para evitar erros e garantir que todos os requisitos sejam cumpridos, assegurando que o direito à remição seja efetivado corretamente.

Por fim, conhecer os direitos e deveres envolvidos na remição contribui para que o preso possa planejar suas atividades dentro do presídio com mais segurança e tranquilidade.

Conclusão

Entender como calcular a remição de pena por trabalho e estudo é fundamental para quem busca aproveitar esse direito e reduzir o tempo de cumprimento da pena.

Seguir as regras, comprovar as atividades corretamente e acompanhar o processo são passos essenciais para garantir os benefícios da remição.

Com atenção e orientação adequada, é possível transformar o tempo na prisão em oportunidades de aprendizado e reinserção social, facilitando um futuro melhor fora das grades.

FAQ – Perguntas frequentes sobre remição de pena por trabalho e estudo

O que é remição de pena por trabalho e estudo?

É um benefício que permite a redução do tempo da pena cumprida por meio da realização de atividades laborais ou educacionais dentro do sistema prisional.

Como são calculados os dias de remição pela atividade de trabalho?

A cada três dias trabalhados de forma comprovada, o apenado tem direito à remição de um dia da pena.

Quantas horas de estudo equivalem a um dia de remição de pena?

Cada doze horas de estudo comprovado correspondem a um dia de redução da pena.

Quais tipos de estudos são considerados para a remição?

Cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, profissionalizantes e até ensino superior, desde que devidamente comprovados por documentação oficial.

Quais os principais cuidados no processo de remição?

É fundamental comprovar as atividades com documentos oficiais, cumprir os prazos para apresentação, acompanhar o processo e buscar orientação jurídica quando necessário.

A remição de pena pode reduzir toda a minha pena?

Não, a remição reduz o tempo da pena cumprida, mas não pode ultrapassar a totalidade da sentença imposta pelo juiz.

[Fale com um especialista](#)